









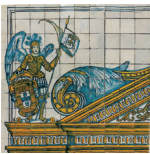
utilizada para apoiar a identificação de uma oficina num determinado período, e testemunha uma faceta de humanidade que ainda nos toca. E é curioso notar que esse aspecto tinha contrapartida nos encomendadores, que aceitavam como bom (talvez com algum sentido de inevitabilidade) o produto que lhes era entregue. Nestes painéis o acidente torna-se, hoje, uma via de contacto com aqueles que executaram estas peças e que nunca pensaram que a sua obra poderia, um dia, vir a ser objecto de estudos eruditos ou integrar espaços de cultura e saber em que eram reconhecidos e valorizados detalhes dessa natureza.

## 1.5. O carácter universal

Nenhum outro país produtor de azulejos utilizou e disseminou esta forma de expressão de modo tão global como os portugueses. Nas imagens que povoam os motivos de padronagem do século XVII, ou na representação de outros materiais nas superfícies cerâmicas, encontramos a universalidade do mundo que então se descobria, o exotismo da Índia, da China e do Japão, mas também da África e do Brasil. O azulejo português constitui uma extraordinária expressão de um mundo que se abre, de povos que se encontram, mas também da interpretação de símbolos e elementos que ganham, nas superfícies cerâmicas, novos contornos e significados, numa linguagem sincrética que nenhum outro povo, como os portugueses, soube elaborar.

Essa universalidade, no entanto, não se situa simplesmente ao nível pictórico, mas também na adaptação do azulejo aos novos espaços. Igrejas portuguesas na Índia revestidas com pagãos azulejos mogóis, ou aplicações de peças nacionais em espaços indianos de acordo com a métrica e o gosto locais, mesmo que para isso se afastem da sua lógica de aplicação primitiva.

A passagem do gosto pelo azulejo para outros territórios, fora da Europa, não se limitou ao bilhete de ida. Foi através do Brasil que o gosto pelo revestimento azulejar trouxe uma importante renovação a esta arte que, nos meados do século XX, se pensava encontrar esgotada em Portugal. Isto ocorreu no virar da década de 1930 por influência da renovação levada a cabo na arquitectura brasileira por Lúcio Costa e Óscar Niemeyer que empregaram a tradição do azulejo luso com um novo entendimento de expressão pública. Este sentido trouxe a Portugal o uso de grandes painéis de azulejo em espaços públicos, criando uma geração de artistas que o trabalharam adaptando às linguagens e exigências do seu tempo, mas também reflectindo acerca das memórias pictóricas e técnicas do passado. Hoje o azulejo ajusta-se, de novo, ao discurso do presente, aos *grafitti* e à expressão gráfica dos computadores, demonstrando que a pluralidade que o caracteriza em Portugal ainda não encontrou fronteiras.



## 2. CANDIDATURA DO AZULEJO À CLASSIFICAÇÃO PELA UNESCO

Segundo a Convenção para a Protecção do Património Mundial saída da Convenção de Paris da UNESCO realizada em 1972 [1]:

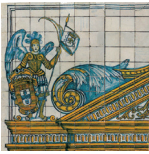
“ Artigo 1º

Para fins da presente Convenção são considerados como património cultural:

- Os monumentos: obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os locais de interesse: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”

A inscrição de um bem pela UNESCO como Património Mundial constitui um reconhecimento independente e transnacional da sua relevância cultural. Além de motivo de orgulho nacional é também importante incentivo de turismo cultural. Ao contrário de todos os outros bens inscritos por Portugal, que se encontram essencialmente circunscritos a uma região geográfica restrita, o azulejo encontra-se disseminado pelo País e a sua valorização irá permitir, assim, valorizar regiões do interior e do norte ainda pouco visitadas. Foi assim que o Secretário de Estado da Cultura do XIX Governo Constitucional, Dr. Jorge Barreto Xavier, anunciou em Maio de 2015 a candidatura do azulejo integrado à Lista da UNESCO.

O projecto de classificação propõe devolver o património azulejar ao orgulho das populações locais e à admiração dos visitantes, em particular através do estabelecimento de rotas temáticas de turismo cultural, contribuindo para o desenvolvimento local numa base sustentável [2]. Mas a exploração económica do património não pode ser o objectivo estratégico principal, até porque se apoia na existência e perenidade do azulejo integrado que nem sempre está assegurada. Ao desafio da preparação de uma candidatura viável está associada a oportunidade de consciencialização da Comunidade para o valor intrínseco do património azulejar, incentivando a conservação dos bens e a sua acessibilidade a visitantes. Será, portanto, uma oportunidade para reabrir espaços há muito encerrados, recuperar conjuntos patrimoniais relevantes em estado degradado e mantê-los com recurso a técnicas de conservação preventiva. Esta poderá repercutir-se a outro património que seja integrado em rotas culturais, porventura aproveitando oportunidades de financiamento através dos programas operacionais ao abrigo do Portugal 2020.



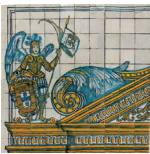
A valorização e conservação deste património único deverá basear-se na fundamentação científica e técnica das intervenções e na implementação de medidas de conservação preventiva tendentes a limitar o progresso da degradação e assegurar a sobrevivência dos revestimentos integrados. Espera-se que alguns destes processos possam constituir casos exemplares para demonstração futura dos resultados de boas práticas em abordagens integradas. Conseguir-se-á, assim, recuperar e nalguns casos salvar monumentos insubstituíveis cujos revestimentos azulejares são uma das glórias de Portugal.

Por outro lado, espera-se que o processo de classificação permita desenvolver melhores mecanismos de salvaguarda dos azulejos no que respeita ao vandalismo, destruição e roubo, fenómenos que depreciam o património.

A disseminação do azulejo num vasto espaço geográfico constitui um aspecto essencial desta candidatura, mas também o seu maior risco já que não tem precedente exacto nas classificações atribuídas até à data. Mas existem afinidades com outros casos que nos permitem alguma segurança quanto à capacidade de o apresentar como bem classificável. Pretende-se que a UNESCO reconheça o azulejo em integração arquitectónica em Portugal, na sua variada continuidade ao longo da História, iniciando-se com exemplos do séc. XVI e prolongando-se durante mais de quatro séculos. Segundo a versão de 2013 do Guia da UNESCO para aplicação da Convenção sobre o Património Mundial [3]:

“O Comité considera que um bem tem um Valor Universal Excepcional (...) se esse bem responder pelo menos a um dos critérios que se seguem. Como tal, os bens propostos devem:

- (i) representar uma obra-prima do génio criador humano;
- (ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens;
- (iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- (iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
- (v) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interacção humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
- (vi) estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros).”



Basta provar que o património para o qual se propõe o reconhecimento satisfaz pelo menos um destes requisitos. Cremos que o reconhecimento do uso integrado do azulejo em Portugal pode ser defendido com base em cinco destes seis critérios.

Este é um momento decisivo. Uma oportunidade de nos orgulharmos da nossa criatividade e engenho, aspectos que dificilmente encontram melhor expressão do que reflectidos na longa história de 500 anos que o azulejo tem em Portugal.

### 3. ASPECTOS INTANGÍVEIS

Sob o ponto de vista intangível o já referido “espírito de continuidade renovada” [4] no uso do azulejo integrado na arquitectura tem sido comumente discutido em Portugal no quadro de um conjunto de re-significações – artísticas, estéticas, decorativas, higiénicas, funcionais, técnicas (etc.). Esta contínua renovação no uso do azulejo definiria, à partida, uma específica e singular cultura material cuja expressividade pode ser abarcada pela noção de património cultural. Todavia, a par da variedade e riqueza com que a cultura azulejar se manifesta ao longo da história, se estende pelo território nacional, se prolonga além-mar donde retorna com nova expressão, esta mesma cultura contribuiu para a formação de um “gosto” singular pelo uso do azulejo. O que, por outro lado, remete para uma íntima relação entre a matéria do azulejo e os aspectos menos tangíveis da sua manifestação, fazendo-nos recordar que “se há algo que define o património enquanto herança cultural e que é comum a todas as suas acepções contemporâneas, esse algo é a imaterialidade” [5].

Em síntese, a imaterialidade relacionada com o azulejo respeita aos valores, crenças e significados sociais associados ao uso da matéria azulejar e, sobretudo, ao “gosto” pelo seu uso. O que o “gosto” português pelo azulejo nos revela sobre uma dada cultura material que é secular? O que este mesmo “gosto” nos conta sobre um certo sentido de fazer, contextualizar, representar, significar e valorar o mundo social? Estes aspectos imateriais da materialidade do azulejo serão também incontornáveis e relevados na preparação da candidatura à UNESCO

### 4. ORIGEM DA INICIATIVA

Os trabalhos de preparação para esta candidatura começaram em 2009, com a parceria que o Museu Nacional do Azulejo (MNAz) estabeleceu com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Fruto dessa parceria, foram constituídas equipas envolvendo investigadores de ambos os organismos tendo-se realizados estudos que permitiram esclarecer, quer aspectos ligados à especificidade da manufactura dos azulejos portugueses face a outros de origens diversas, quer causas e mecanismos da degradação dos azulejos até agora desconhecidos, quer ainda fundamentar analiticamente estudos históricos. Esses estudos por equipas conjuntas foram financiados pelo próprio LNEC, ao abrigo dos seus programas de investigação, pela FCT, e pela Direcção Geral do Património Cultural, através do seu pessoal envolvido. Os resultados, alguns dos quais serão apresentados ao





GlazeArch2015, permitirão nomeadamente uma abordagem mais fundamentada à conservação dos painéis integrados contribuindo, espera-se, para a sua continuidade.

O primeiro memorando escrito sobre a classificação propriamente dita, data de Junho de 2011, no entanto reconheceu-se não haver ainda, àquela data, suficientes conhecimentos quanto, entre outros aspectos, à degradação dos azulejos que permitissem fundamentar com acrescida segurança as práticas de conservação.

Para prosseguir os estudos e aumentar os conhecimentos foram recentemente submetidos dois projectos à FCT, com pedido de financiamento, precisamente para desenvolver conhecimentos úteis no enquadramento da classificação: um incluindo estudos sobre a origem do azulejo de faiança em Portugal e prevendo a construção de uma base de amostras físicas e de dados analíticos sobre a composição dos azulejos; e um segundo versando aspectos imateriais do gosto português pelo azulejo referidos no capítulo anterior. Um terceiro projecto candidatado pelo mesmo grupo tem como objectivo tentar localizar entulheiras antigas (por exemplo de obras e demolições) e tentar recuperar delas azulejos de potencial relevância histórica.

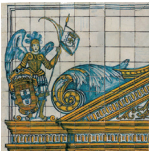
## 5. NOTA FINAL

Diversos autores (não só nacionais) têm relevado o interesse e a originalidade dos revestimentos azulejares portugueses [6] e não há dúvida de que se trata de uma das mais originais (senão mesmo *a mais original*) contribuições do País para o legado artístico da Europa. Na verdade é a única de certo relevo que não tem paralelo noutros países europeus, tendo apenas semelhanças na finalidade com os frescos da Renascença italiana e com os mosaicos murais bizantinos. Apenas no Mundo Islâmico há também a tradição dos revestimentos azulejares, por vezes integrais, em particular dos lugares de culto. Mas, por razões religiosas, trata-se invariavelmente de revestimentos lisos ou com decorações geométricas ou vegetalistas.

O pedido de classificação pela UNESCO visa uma finalidade nacional, sem fronteiras artificiais, através do reconhecimento e apreciação independentes de um património único que nos foi legado pelas gerações passadas, para que assim se facilite a conservação para as gerações vindouras.

## Notas e referências bibliográficas

- 1- *Convenção para a protecção do Património Mundial, cultural e natural* adoptada pela UNESCO a 16 de Novembro de 1972 ( <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> - consultado a 19 de Abril de 2015)
- 2- Sobre as referências a este ponto ver:
  - MIMOSO, J.M. & Pais - A. *Oferecer ao olhar- sobre a singularidade e o interesse para o turismo cultural do património azulejar português* in *Actas de Cidades e Desenvolvimento- 2ªs Jornadas de Investigação e Inovação* pp. 49-50, LNEC, Lisboa 18-20 Junho 2012;



# GlazeArch2015

International Conference

Glazed Ceramics in Architectural Heritage

- NYPAN, T, *Cultural heritage monuments and historic buildings as value generators in a post-industrial economy, with emphasis on exploring the role of the sector as economic driver*, Ed. Riksantikvaren, Oslo, 2005;
- CARVALHO, J. & Lamas, A. - *The Monastery of Jeronimos: an integrated approach between building and territory* in Proc. Int. Seminar *Theory and Practice in Conservation*, pp. 251-260. LNEC, Lisboa, 2006;
- SANTOS SIMÕES, op.cit. pp. 61-62 & pp. 94
- 3- *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*, UNESCO, versão de Julho de 2013, pp. 16-17 ( <http://whc.unesco.org/archive/opguide13-pt.pdf> - consultado a 19 de Abril de 2015);
- 4- SANTOS, R - *O Azulejo em Portugal*. Editorial Sul Limitada, Lisboa, 1957;
- 5- JORGE, J - “A Matéria do Património” in *A Matéria do Património: Memórias e Identidades*. Colibri, Lisboa, 2002
- 6- Alguns destes testemunhos podem ser consultados no Vol.III do corpus de Santos Simões “Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, reimp 1990 (pp.22 e seguintes).